



## Homenageados

A consolidação do **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, em 13 de julho de 1990, resultou de um grande movimento de articulação em busca da garantia dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes brasileiros. Participaram desse movimento atores da sociedade civil, de organismos internacionais, de instituições religiosas, do governo, do parlamento e, em especial, as próprias crianças e adolescentes.

Passados 30 anos de sua promulgação, sabemos que a implementação do **ECA** ainda não alcançou a efetiva intenção dos que participaram de sua construção e souberam traduzir em texto legal as vozes de crianças e adolescentes que tinham seus direitos humanos violados.

Empenhados em buscar soluções para superar todos os desafios e garantir o pleno desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes, sujeitos de direitos, sem os quais não podemos avançar na construção de uma sociedade justa e sustentável, encerramos o congresso prestando a devida homenagem àqueles que com sua dedicação e trabalho nos legaram esse importante instrumento de proteção do presente e do futuro.

Na certeza de que não é possível nomear todas as pessoas que participaram desse processo, conheça a seguir alguns desses cidadãos.

- ❖ **Âmbar de Barros**, uma das jornalistas fundadoras da **ANDI**, organização que se dedica a duas realidades inter-relacionadas: de um lado, crianças e adolescentes das classes sociais menos privilegiadas vítimas de toda sorte de desestruturação social; e, de outro, uma imprensa desatenta a esta mesma realidade, e com dificuldades em construir para si mesma uma cultura de investigação jornalística na qual os meninos e as meninas pudessem ser trazidos à agenda pública como sujeitos de direito.
- ❖ **Antônio Carlos Gomes da Costa** (*in memoriam*) foi um importante educador humanista e é reconhecido como um dos grandes protagonistas do ECA. Dirigiu a Escola-FEBEM



de Ouro Preto-MG. Foi Oficial de Projetos do UNICEF e da Organização Internacional do Trabalho. Aliando sua experiência prática junto a crianças e adolescentes atendidos sob a égide do Código de Menores, a seus estudos e pesquisas, em âmbito internacional, Antônio Carlos foi um grande pensador do novo modelo de atenção que fosse compatível com as prioridades dos direitos humanos das crianças e adolescentes. Ele participou ativamente da redação legislativa, apontando que as ações no sistema socioeducativo deveriam subordinar-se ao propósito de desenvolver o potencial dos adolescentes "para ser e conviver, isto é, prepará-lo para relacionar-se consigo mesmo e com os outros, sem quebrar as normas de convívio social tipificadas pela Lei Penal como crime ou contravenção" (COSTA, 2006, p. 465). Em suas publicações, cita diversas vezes a educação do jovem para o trabalho, no trabalho e pelo trabalho. Defendia uma abordagem social e educativa junto aos "meninos e meninas de rua" por meio da prática e da perspectiva oferecida por alternativas comunitárias de atendimento, entendidos como "um caminho promissor" (COSTA et al., 1996, p. 10). Naquele momento de críticas à institucionalização, passou a ser defendido um atendimento realizado no âmbito comunitário. Representou o Brasil no Comitê dos Direitos da Criança da ONU, em Genebra e teve um papel importante na realização do Projeto de Modelos Alternativos de Atendimento a Meninos de Rua, que se realizou por meio dos semitágios, combinação de seminários e estágios de promoção de atendimento aos meninos e meninas de rua. Também colaborou na elaboração da Convenção sobre os Direitos da Criança.

- ❖ **Antônio Fernando do Amaral e Silva** iniciou sua carreira de jornalista profissional como repórter, concluindo-a em 1961, como redator-chefe no jornal "O Estado", em Florianópolis/SC e correspondente da Revista Visão, editada em São Paulo. Atuou, nos anos 60, como Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, entre 1965 e 1968. Ingressou na magistratura em 1968, como Juiz de Direito de até 1990.



Foi professor na Universidade Regional de Blumenau, onde ministrou as cadeiras de Direito do Menor e Introdução ao Direito, o que lhe rendeu convite para atuar no Grupo de Trabalho da Sociedade Civil que elaborou o texto da proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente. Operou também no como membro da Comissão de Redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como em diversos eventos nacionais e internacionais a respeito do tema, atuando inclusive como Delegado do Brasil no Congresso de Consulta da Organização das Nações Unidas para os países de língua portuguesa sobre o texto da Convenção Internacional dos Direitos da Criança em Lisboa, Portugal, em 1988. Em 1990 foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde atuou até a aposentadoria no ano de 2009. Presidente do Tribunal entre 2002 e 2004, ocasião em que exerceu em algumas oportunidades o cargo de Governador Interino do Estado de Santa Catarina. Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina nos anos 2000-2001, e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina nos anos 2001-2002. Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e Juventude (1997-1998); Diretor Executivo da Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina; Vice-presidente Executivo da Associação Nacional dos Desembargadores (2010-2012). Atualmente, inscrito na OAB, reside em Florianópolis/SC e continua ativo na profissão de advogado. Recebeu títulos de cidadania pela Paraíba e por vários municípios de Santa Catarina. Foi agraciado com o Prêmio Nacional "Direitos Humanos 1997", na categoria livre, outorgado pela Presidência da República.

- ❖ **Benedita da Silva** construiu sua vida pública envolvida nas lutas em favor das comunidades empobrecidas do Rio de Janeiro, sua cidade natal. Moradora do Morro Chapéu Mangueira durante cinquenta e sete anos, iniciou sua trajetória na Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. Foi voluntária e alfabetizava adultos e jovens,





na favela do Chapéu Mangueira, pelo método Paulo Freire. Nunca deixou de estudar e aos 40 anos concluiu os cursos de Serviço Social e de Estudos Sociais. Em 1982, já articulada com os movimentos de mulher, negro e comunitário foi eleita a primeira vereadora do PT e também a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro. Foi eleita deputada federal em 1986. Assumiu o mandato, que também era constituinte, com a determinação de incluir na nova Constituição democrática os direitos desses segmentos discriminados. Foi uma luta árdua incluir os direitos das trabalhadoras domésticas e, muitos dos atuais direitos da mulher. Foi suplente da Mesa da Constituinte. Benedita da Silva manteve a coerência em todos os mandatos e cargos que assumiu. Foi quem acolheu o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua em sua vinda à Câmara dos Deputados, em 1989, com 1.200 crianças que aprovaram simbolicamente o Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim foi na condição de Vereadora, Deputada Federal, Senadora, Vice-governadora, Governadora, Ministra de Desenvolvimento Social do primeiro Governo de Lula, e Secretária estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Ao ser eleita novamente deputada federal, em 2010, foi escolhida para ser a relatora da Proposta de Emenda Constitucional que ampliou os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas. Do movimento comunitário da associação de moradores do Chapéu Mangueira aos mandatos políticos que exerceu e continuou exercendo, passando pelo engajamento em defesa da igualdade racial, dos direitos da mulher e da inclusão social e de uma trajetória que reflete as lutas de todos aqueles que são excluídos e lutam por uma sociedade socialmente mais justa e democrática.

- ❖ **Benedito Rodrigues dos Santos** é professor e pesquisador associado ao Núcleo de Infância e Juventude - NEIJ do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM, da Universidade de Brasília - UnB. Diretor Executivo do Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA) e consultor de longa duração do Fundo das



Nações Unidas para a Infância (UNICEF/Brasil) e da Childhood Brasil. Possui Mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Doutorado em Antropologia pela Universidade da Califórnia em Berkeley (2002); com pós-doutorado pelas universidades John Hopkins e da Califórnia em Los Angeles (2005 e 2006). Foi docente na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), entre 1983 e 2010 e na Universidade Católica de Brasília (UCB/BR), entre 2010 e 2018. Despertou seu interesse pela defesa dos direitos crianças e adolescente em trabalhos de educação popular nas periferias de Goiânia, vinculados aos movimentos de juventude da Igreja Católica. Pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), coordenou no período entre 1983 e 1998, o Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ/UCB) que desenvolvia metodologias alternativas de trabalho com crianças e adolescentes em situação de risco e conflito com a Lei. Foi um dos fundadores do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), em 1985. Atuou como coordenador nacional (1987-1989), vice-coordenador (1985-1986; 1993-1995) e foi um dos idealizadores do Centro Nacional de Formação de Educadores de Rua, do qual foi assessor entre 1991 e 1992 e coordenador nacional no período entre 1993 e 1995. Por meio da Coordenação Nacional MNMMR atuou no processo constituinte nacional na elaboração da Emenda Popular Criança Prioridade Nacional e nas ações de advocacia que resultaram na aprovação dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal. Por intermédio das comissões regionais, estaduais e locais do MNMMR contribuiu para inserção de direitos da criança e do adolescente nas constituições de dezenas de estados e nas leis orgânicas de centenas de municípios brasileiros. Durante o processo Constitucional, como representante do MNMMR contribuiu para criação do Fórum Nacional Permanente de Organização Não-Governamental de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum Nacional DCA, em 1988 e foi seu primeiro secretário nacional no período entre 1988 e 1990.





Neste mesmo período estava entre ativistas que criaram a Seção Brasileira da Defesa da Criança Internacional - DCI Brasil, organização internacional que compôs o Grupo de Trabalho que elaborou a minuta da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Na qualidade de Coordenador Nacional do MNMMR e Secretário do Fórum Nacional DCA participou do Grupo de Redação do anteprojeto de lei que deu origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que se reuniu informalmente diversas vezes no período entre novembro de 1988 a junho de 1990. Recebeu vários prêmios e condecorações. Nos últimos dez anos, vem se concentrando em temáticas relacionadas ao acesso de crianças vítimas ou testemunhas de violência ao sistema justiça, com foco no desenvolvimento e implementação de metodologias inovadoras para obter o testemunho de crianças, incluindo a criação do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense e o desenvolvimento de um currículo e uma plataforma on-line para treinar profissionais do sistema judicial.

- ❖ **Cesare de Florio La Rocca**, italiano de Florença, formado em Teologia, Filosofia e Direito, atualmente com 82 anos de idade, dos quais 50 de Brasil, anos cantados, dançados, chorados e gritados entre a selva amazônica; uma favela de Manaus; os encantos e os percalços da Cidade Maravilhosa; a falta de esquinas e o exagero de avenidas de Brasília; a negritude planetária e provinciana da cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos e Todos os Orixás. De uma Organização Religiosa a um Órgão Federal; de uma Agência Internacional a uma ONG. Carregando pelos caminhos do mundo sonhos e desejos, paixões e melancolias, menestrel de derrotas muitas e vitórias poucas. Sempre sob o signo da Infância e da Juventude que são o AXÉ, ou seja, a ENERGIA mais preciosa de uma Nação. La Rocca teve um papel estratégico como representante adjunto do UNICEF no Brasil, onde coordenou o Projeto "Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua". Também trabalhou na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM e como Diretor Executivo do CBIA-





Centro Brasileiro para a Infância. Atualmente trabalha no Projeto Axé, em Salvador. Sua atuação foi fundamental para o trabalho que desde 1983 o UNICEF havia iniciado, de ações de apoio a governos, igrejas, instituições privadas e comunidades no sentido de defesa de jovens em situação de vulnerabilidade social na América Latina, a partir do Programa Regional do Menino Abandonado e de Rua.

- ❖ **Deodato Rivera** (*in memoriam*), Redator e oficial legislativo da Câmara dos Deputados, teve importante participação na construção do artigo 227 da Constituição Federal e compôs o grupo de redação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi um importante estudioso e pesquisador do contexto de violência em que se encontravam as crianças lecionou e realizou pesquisas no Chile, na Inglaterra e foi pesquisador. Convidado do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz na Noruega. Tornou-se membro da *International Peace Research Association*, atuando junto a UNESCO, em Paris. Pertenceu à Associação Nacional de Escritores e tornou-se célebre por suas obras *Criança urgente*, 1990; *Pelo amor destas bandeiras*, 1991; *Meninos, eu vi* (sem data); e o Estatuto da criança e do adolescente comentado.
- ❖ **Edson Sêda** foi Consultor Jurídico da FUNABEM, Educador e membro da comissão redatora do ECA. Anteriormente, havia sido cedido pelo Instituto Latino-Americano de Criminologia à esfera federal (cedido oficialmente ao Ministério da Justiça), pois estudava a questão infantil-juvenil naquela organização que existia por um convênio entre a OEA e o Governo de São Paulo, e pretendia ampliar o foco de suas atividades. Foi consultor do UNICEF para a América Latina de 1992 a 1998.
- ❖ **Emilio Garcia Mendez** foi Coordenador da área de direitos da Criança do UNICEF Brasil, de 1990 a 1994, e Assessor Regional do UNICEF, em Direitos da Criança para América Latina e Caribe, entre os anos 1990 e 1994. Veio da Argentina em março de 1990, quando o texto do ECA já estava tramitando no Congresso Nacional. Ele é testemunha de um conflito entre os chamados "menoristas" e os "garantistas",



afirmando que houve um intenso processo de negociação entre as partes. É advogado graduado pela *Universidad de Buenos Aires* (1974). Doutor em Direito pela *Universidade Del Saarland, Alemanha* (1984). Pesquisador do Instituto *Interregional das Nações Unidas para o Crime e a Justiça* (UNICRI, Roma), de 1985 a 1990. Professor Titular da Cátedra de Criminologia da *Faculdade de Psicologia da Universidad de Buenos Aires* desde 1988. Foi Deputado Nacional de 2005-2009 e Presidente da *Fundação Sur Argentina*.

- ❖ **Gilberto Dimenstein** (*in memoriam*), jornalista que, por suas reportagens sobre temas sociais e suas experiências em projetos educacionais, foi apontado pela revista *Época* em 2007 como umas das cem figuras mais influentes do país. Foi comentarista da Rádio CBN e colunista da *Folha de São Paulo* por 28 anos. Ganhou o Prêmio Nacional de Direitos Humanos junto com Dom Paulo Evaristo Arns, o Prêmio Criança e Paz, do Unicef, Menção Honrosa do Prêmio Maria Moors Cabot, da Faculdade de Jornalismo de Columbia, em Nova York. Também ganhou os prêmios Esso (categoria principal) e Prêmio Jabuti, em 1993. Foi um dos criadores da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância, que depois veio a se chamar ANDI - Comunicação e Direitos. Em 2009, um documento preparado na Escola de Administração de Harvard, apontou-o como um dos exemplos de inovação comunitária, por seu projeto de bairro-escola, desenvolvido inicialmente em São Paulo, através do Projeto Aprendiz. Contribuiu significativamente para difusão do ECA.
- ❖ **Irene Rizzini** é professora do Departamento de Serviço Social da PUC/RIO e Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), teve importante papel na produção de pesquisas que mostraram o cenário das violações de direitos das crianças e adolescentes na época de elaboração do Estatuto da Criança e Adolescente. É Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ); com graduação em Psicologia e mestrado em Serviço Social



(*School of Social Service Administration, Universidade de Chicago*). Professora da PUC-Rio (Departamento de Serviço Social) e Diretora do CIESPI/PUC-Rio (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância). Em âmbito internacional, foi Presidente da Rede internacional de intercâmbio de pesquisa na área da infância (*Childwatch International Research Network, 2002-2009*). Mantém projetos de cooperação científica com diversas universidades em todos os continentes, tendo exercido a função de pesquisadora visitante nas universidades de Notre Dame, EUA e de Edinburgh, Escócia. Irene Rizzini recebeu os prêmios Guggenheim (2008-2009) e *The Global Citizens Award* (2016). Tem coordenado diversos projetos e publicado livros e artigos, em âmbitos nacional e internacional. Entre suas principais publicações, estão: *O Século perdido; A arte de governar crianças; Acolhendo crianças e adolescentes. Experiências de Promoção do Direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil; A criança e a lei no Brasil: revisitando a história (1822-2002); Desenhos de família; Children and globalization; From street children to all children: improving the opportunities of low income urban children and youth in Brazil; Vida nas ruas: trajetórias de vida de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro; A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente; Niños e adolescentes creciendo en contextos de pobreza, marginalidad y violencia en América Latina; Percepções e experiências de participação cidadã de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro, Direitos Humanos de crianças e adolescentes: 20 anos do Estatuto; Cuidado familiar e saúde mental; Youth in the present. Mais recentemente lançou "Crianças e adolescentes em conexão com o mundo da rua: pesquisas e políticas públicas; adolescências, direitos e medidas socioeducativas em meio aberto" e vários temas em Cadernos de Pesquisa e Políticas Públicas. Suas publicações estão disponíveis em [www.ciespi.org.br](http://www.ciespi.org.br).*





- ❖ **Jurandir Marçura** era Curador de Menores no Ministério Público de São Paulo e junto com os colegas Munir Cury e Paulo Garrido esteve diretamente ligado ao ECA e ao princípio da proteção integral. Compôs a Comissão de Redação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi um dos autores do Estatuto Comentado. É procurador de Justiça no Ministério Público de São Paulo.
- ❖ **Marco Antônio da Silva Souza**, também conhecido por Markinhos, iniciou a militância na área da infância na primeira metade dos anos oitenta (1983), como liderança dos meninos e meninas que trabalhavam e viviam nas ruas do ABC-Paulista/SP. Participou do 1º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1986), em seguida começou trabalhando como Educador Social no Projeto Meninos e Meninas de Rua SBC/SP (PMMR), fazendo educação social com as crianças e adolescentes em situação de rua, trabalho com as famílias e comunidades de origem das crianças e dos adolescentes, articulando apoio na comunidade para as famílias em situação de rua; ajuda na formação e organização do Bloco EURECA (Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente) com primeiro desfile em 1992, com ação protagônica de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo, com desfile (ABC, litoral paulista e São Paulo); em seguida assume a coordenação do PMMR (1995) onde atua até hoje, trabalhando com planejamento, orientação político-pedagógica, representação institucional e ampliou a atuação do PMMR para três municípios com atendimento direto e articulação no estado de São Paulo; participou dos semitágios (seminário/estágios) conhecendo boas práticas com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, fundador do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de SBC (1986) que foi o grande articulador e mobilizador do grande ABC pelos direitos das crianças, organizando as coletas de assinatura para constituição federal e estadual de São Paulo e lei orgânica do município de São Bernardo Campo e do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo/FEDCA-SP; fundador do Centro de Defesa



dos Direitos das Crianças e Adolescentes do ABC/CEDECA-ABC, assessorando nas implantações dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA e Conselhos Tutelares na região do grande ABC, na atuação de casos exemplares de violência contra criança e adolescente, articulação com o judiciário, legislativo, executivo, movimento sociais e sindicais para apoio e implementação do Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA); mobilizou o enfrentamento aos grupos de extermínios na região metropolitana de São Paulo e no Brasil; entrou no Movimento Nacional de Meninos Meninas de Rua (MNMMR) no início, participando como adolescente na assembleia de fundação, atuou na mobilização para aprovação do ECA, foi escolhido coordenador estadual de São Paulo e conselheiro nacional do MNMMR, acompanhando a comissão de animação do MNMMR, que tem a tarefa de animar, assessorar e apoiar os meninos e meninas no suporte político-pedagógico para realização de encontro nacional de meninos e meninas de rua, acompanhou dois encontros nacionais; fez parte de coordenação nacional do MNMMR (2014/2018), atualmente é conselho fiscal; participou como conselheiro titular no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de São Bernardo do Campo e de Santo André, colaborou na articulação e formação para realização de pesquisa sobre os meninos e meninas de rua do grande ABC, assume a titularidade de conselheiro no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/CONANDA (2012 a 2016); é conselheiro de Direitos Humanos no estado São Paulo e Brasília, até 2020. Esteve no EUA a convite do Serviço Mundial de Igrejas (CWS) para palestrar sobre a situação das crianças de rua brasileira; fez intercâmbio e a troca de experiência na Itália com várias organizações Latinas Americanas e Europeias sobre metodologias de trabalho com crianças e adolescentes excluídos; representou nossa região no alto-comissariado da ONU, na sessão de direitos humanos





- das crianças, levando uma abordagem com o olhar Latino-Americana e Caribenha; faz palestra, seminários, mobilizações e articulações em defesa dos direitos da criança.
- ❖ **Maria do Rosário Leite Cintra** (*in memoriam*), religiosa e uma das idealizadoras do ECA e fundadora da Pastoral do Menor. Pertencia a Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e, ao longo de sua atuação na Pastoral do Menor esteve incansável na luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Trabalhou em defesa de meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social e com seus direitos violados; criou e presidiu o Instituto para o Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente (INDICA); e na década de 70, motivada pelo desejo de afastar meninos e meninas moradores de periferias em São Paulo das situações de violência iniciou as primeiras atividades para acolhê-los em centros educacionais comunitários. Elaborou junto com Ruth Pistori e outros uma das versões de regulamentação dos artigos 227 e 228 do ECA, que deram origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Compôs a comissão de redação do ECA.
  - ❖ **Maria Josefina Becker**, assistente social que se destacou pelos trabalhos realizados no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, foi convidada pelo Ministro Valdir Pires a trabalhar no Ministério da Previdência Social, em 1985 e na FUNABEM. Foi em seguida nomeada como Assessora Parlamentar da Assembleia Constituinte junto à área dos Direitos da Criança. Em 1987 representou o Brasil em um Seminário na Costa Rica, onde se discutia a criação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e teve oportunidade de trazer o texto em discussão para o Brasil, o qual inspirou algumas partes da redação dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal. Ela teve uma importante contribuição na matéria de adoção regulamentada na ECA, por sua experiência como coordenadora da equipe de adoção do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.



- ❖ **Mário Volpi** é formado em Filosofia e Mestre em Políticas Sociais pela Universidade de Brasília. É Oficial de Projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, no Brasil, onde coordena o Programa Cidadania dos Adolescentes. Em 1984 iniciou sua atividade de educador de crianças e adolescentes em um internato para crianças afastadas da convivência familiar, em Viamão no RS. Em 1987 foi educador social e desenvolveu diferentes trabalhos com meninos e meninas de rua em Curitiba/PR e São Leopoldo/RS. Em 1990 representou o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua na mobilização pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente que foi apresentado ao Congresso Nacional e aprovado em 1990. De 1990 a 1995, foi coordenador nacional do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, em Brasília, eleito por dois mandatos. De 1996 a 1999, foi assessor do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, ONG especializada no acompanhamento dos projetos de lei relacionados à defesa dos direitos da criança e do adolescente no Congresso Nacional. Desde 1999 é Oficial de Projetos do UNICEF no Brasil e coordena o Programa Cidadania dos Adolescentes. Entre suas publicações como autor e/ou organizador estão: Normas sociais e o dilema do trabalho versus educação para os jovens de baixa renda (2014), 10 Desafios para o Ensino Médio (2015), Situação da Adolescência Brasileira 2011 - O Direito de Ser adolescente (2011), Adolescentes & jovens - participação Social e política (2007), Adolescência - Escolaridade, Profissionalização e Renda (2002), *A voz dos Adolescentes* (2002), *O adolescente e o ato infracional* (2014), *Interfaces da Educação com o Sistema de Proteção Especial* (2000), *Sem Liberdade Sem Direitos* (2012).
- ❖ **Munir Cury** é Procurador de Justiça aposentado do Ministério Público do Estado de São Paulo, onde coordenou as Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude. No período de 1987 a 1988, prestou subsídios e colaborou na redação do capítulo "Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso" (artigos 226/230) da Constituição



Federal de 1988. A convite do então Ministro da Justiça Paulo Brossard, em 1989 apresentou proposta substitutiva do Código de Menores, intitulada Diretrizes Gerais de Proteção da Criança e do Adolescente. Juntamente com um grupo renomado de juristas, pedagogos, psicólogos e sociólogos, liderou a grande discussão nacional sobre os direitos da criança e do adolescente, e, como consequência, compôs a equipe de redação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990). Proferiu palestras e publicou artigos no Brasil e no exterior sempre sobre o tema criança e adolescente e seu enfoque jurídico. Colaborou na elaboração e implantação de projetos relativos ao direito à Convivência Familiar e Comunitária, na rede oficial e em organizações não governamentais. A convite do Ministério da Educação, de março a agosto de 2000, prestou consultoria ao FUNDESCOLA no Programa Nacional Justiça na Educação, objetivando "a atualização de Juizes e Promotores de Justiça das Varas da Infância e Juventude nos temas relativos aos Direitos da Criança e ao Direito à Educação". Atendendo à solicitação do Governo do Estado de São Paulo, na condição de especialista e consultor, no período de abril de 2000 a novembro de 2004, assessorou e acompanhou o projeto oficial de reestruturação da então Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor-FEBEM/SP, atual Fundação Casa, assim como da descentralização e municipalização das medidas socioeducativas, elaborando as versões dos programas de Internação, Semiliberdade e Liberdade Assistida. Foi membro do Conselho Consultivo da Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança, ocasião em que implantou nas comarcas de São José dos Campos e Lorena programa de "Guarda Familiar". É membro do Instituto Jacques Maritain do Brasil. Integrou o Conselho Técnico-Científico da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude no período de 1997 a 1999. Até 2010, representou no Brasil a organização não governamental Ação para Famílias Novas (AFN), que desenvolve 17 projetos sociais de apoio a crianças e





famílias pobres em vários estados da Federação, propondo-se inclusive a promover a adoção de crianças cujos pais foram destituídos do poder familiar. Com a edição do Provimento nº 953/2005 pelo Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça de São Paulo, passou a exercer a função de conciliador na Vara Distrital de Vargem Grande Paulista, objetivando “a ágil solução das lides e pacificação dos conflitos”. No ano de 2006 criou o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vargem Grande Paulista, do qual foi coordenador até o ano de 2015, que se dispunha a discutir os temas alusivos à família e à população infantojuvenil local, bem como a apresentar e encaminhar soluções aos órgãos competentes. Desde o final de 2017, é presidente da COPAC (Comissão Nacional para a Proteção Integral e Garantia dos Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes) do Movimento dos Focolares, que procura ser uma resposta ao apelo do papa Francisco em relação ao abuso sexual de crianças e adolescentes, tanto no campo da prevenção quanto da responsabilização de seus agentes.

- ❖ **Nelson Aguiar**, nos anos 1985 e 1986 foi presidente da FUNABEM, no Rio de Janeiro, sendo reconhecido como um especialista na matéria. Foi Deputado Federal, pelo Estado do Espírito Santo. Teve um papel fundamental como autor do projeto de lei que resultou no ECA. Atuou como presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso na Assembleia Nacional Constituinte e em consonância com esta atuação, apresentou-se como representante e porta-voz do Fórum DCA na Câmara dos Deputados, acolhendo o anteprojeto elaborado pelos representantes do Fórum DCA. Deste modo, ele foi o elo de continuidade do debate parlamentar desencadeado pela promulgação da Constituição Federal em relação aos direitos das crianças e adolescentes. À época, era líder do PDT na Câmara dos Deputados e articulou junto a líderes de outros partidos para serem co-autores do Projeto de Lei n. 5172/90, que deu origem à Lei 8.069/90. Com isso, agregou muito apoio ao projeto de lei. Sua



atuação foi intensa, respondendo por 25% dos discursos proferidos na Câmara dos Deputados a favor do ECA. Além de parlamentar, Nelson Aguiar é jornalista e advogado.

- ❖ **Olympio de Sá Sotto Maior Neto** ingressou no Ministério Público do Estado do Paraná em março de 1977. Atuou em Vara da Infância e Juventude e junto à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, e coordenou os Centros de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente e de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência. Foi Presidente da Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular. Integrou o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná (Cedca), assim como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Acompanhou os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, especialmente quando da formulação das regras relativas ao Ministério Público e aos Direitos da Infância e Juventude. Foi integrante do Comitê Brasileiro de Juristas Pró-Convenção Internacional dos Direitos da Criança, bem como da Secção Brasileira do D.C.I. (Defesa das Crianças - Internacional), além de prestar assessoria ao Fórum Nacional das Entidades de Defesa das Crianças e Adolescentes. Participou da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo inclusive, no momento da apreciação de tal diploma legal, prestado depoimento na Câmara dos Deputados sobre os projetos de lei em tramitação, bem como assessorado a relatora da matéria Deputada Rita Camata em todas as reuniões da respectiva Comissão Especial. Colaborou com o processo de adaptação das legislações da América do Sul à Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, proferindo palestras na Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina. Integrou a Assessoria Jurídica aos Movimentos Populares do Centro de Formação Irmã Araújo, bem como, representando o Ministério Público, o Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do



Paraná. Atualmente, exerce o cargo de coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Paraná.

- ❖ **Paulo Afonso Garrido de Paula** ingressou com 24 anos no Ministério Público de São Paulo, em 1980. Em 1983 foi designado a trabalhar na FEBEM. Era um período de práticas repressivas, em que crianças abandonadas e infratores eram colocados na mesma instituição. Nesta época conheceu Antônio Carlos Gomes, que era coordenador da FEBEM de Minas Gerais. A partir dessa vivência, perceberam que aquela situação precisava ser modificada. Também foi eleito o primeiro presidente da Associação de Juízes e Curadores de Menores, assim que esta passou a aceitar a candidatura de promotores de justiça. Destaca que toda articulação que tornou possível a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente começou com a Constituição Federal de 1988, a partir da formação de um grupo de especialistas, juristas e atores do governo de vários pontos do País, que defendiam a inclusão da criança e do adolescente na Constituição Federal, assim foi formado o Fórum DCA, do qual fez parte. Participou, em 1987, da reunião que o UNICEF promoveu, em Brasília, sob coordenação de Cesare de La Rocca, com articulação junto a Deodato Rivera, consultor no Senado Federal, na qual se conseguiu chegar a uma proposta única que deu origem ao artigo 227 e 228 da Constituição Federal. Essa proposta foi transformada em uma Emenda Popular, que conseguiu o segundo maior número de assinaturas de todas, tendo sido entregue ao Presidente do Congresso, Deputado Ulisses Guimarães pelos Meninos e Meninas de Rua. Junto com seus colegas, percebeu que partir dos avanços alcançados com a Constituição Federal, veio a necessidade de reformular a lei existente, que era o Código de Menores. A época, era professor de Direito do Menor e chamado para proferir muitas palestras, por todo o País, das quais se originou o livro "Menores, Direito e Justiça", publicado em 1989. Junto com seus colegas Munir Cury e Jurandir





Maçura participou da elaboração das *Normas Gerais de Proteção à Infância e Juventude*, que foi o texto embrionário do ECA. Participou da comissão de redação do ECA. Foi Corregedor Geral do Ministério Público de São Paulo nos biênios 2015/2016 e 2017/2018. Atualmente é Procurador de Justiça, atuando em ações coletivas relacionadas a direito da criança e do adolescente.

- ❖ **Regina Helena Pedroso** é assessora do CBIA - Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência e foi assessora do Senado à época da aprovação do ECA.
- ❖ **Rita Camata** foi Deputada Federal (Constituinte, 1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2007-2011), titular da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes na Assembleia Constituinte (1987-1988) e relatora da Comissão Especial sobre Normas Gerais de Proteção à Infância e à Juventude, que originou a Lei nº 8.069/1990 - o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A Deputada Rita Camata teve destaque na receptividade a todas as contribuições para aprimoramento do projeto de lei, de modo que o texto substitutivo foi resultado de uma construção coletiva amplamente representativa. Presidente da CPI destinada a investigar o Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil, CD (1991-1992). Foi Presidente do Comitê Nacional de Meio Ambiente do PMDB, (1991). Titular da Comissão Mista Especial destinada a acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente - Rio 92, CN (1992). Membro fundadora e integrante do Comitê Executivo do "Pacto Pela Infância" (UNICEF/CNBB - 1992). Titular da CPMI destinada a investigar a incidência de Esterilização em Massa de Mulheres no Brasil, CN (1992). Fundadora da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, (1993) e sua coordenadora entre 1993 e 2000. Titular da primeira Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar Responsabilidades pela Exploração e Prostituição Infantojuvenil (1993/1994). Titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apurou denúncias sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes no Brasil (1995).



- Integrante da Frente Parlamentar pelo fim da Exploração, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e do Turismo Sexual, CD (1995). Titular da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Adoção e o Tráfico de Crianças Brasileiras, CD (1995). Presidente da Comissão Especial destinada ao estudo das Medidas Legislativas que visem implementar, no Brasil, as decisões da IV Conferência Mundial da Mulher, ocorrida em Beijing - China em 1995. (1997), CD. Presidente da Comissão Especial que analisou a Proposta de Emenda à Constituição que instituiu o Parlamentarismo PEC 20-A/95(1999). Representante da Câmara dos Deputados na Sessão Especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas sobre a Infância - UNGASS, Nova Iorque, EUA (8 a 10/05/2002). Relatora da Comissão Especial que analisou o Projeto de Lei do Executivo sobre a regulamentação da aplicação das Medidas socioeducativas e que instituiu o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (PL 1.627/2007), já aprovado pela Câmara dos Deputados e em análise no Senado Federal. Membro titular da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados (1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2007-2011).
- ❖ **Ronan Tito**, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e simpatizante da ala progressista da Igreja, trabalhou como cobrador de ônibus, motorista de caminhão e comerciário, antes de se tornar Deputado Federal e Senador pelo Estado de Minas Gerais. Teve um importante papel como autor do Projeto de Lei do ECA no Senado Federal.
  - ❖ **Ruth Pistori** (in memoriam), assistente social, religiosa e uma das fundadoras da Pastoral do Menor e ativista em prol dos direitos da criança e do adolescente. Em homenagem à sua vida de dedicação aos direitos da infância, uma das casas do Projeto Guri recebeu seu nome. Elaborou junto com a Irmã Maria do Rosário e outros uma das



versões de regulamentação dos artigos 227 e 228 do ECA, que deram origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Compôs a comissão de redação do ECA.

- ❖ **Sandra Cavalcanti**, jornalista, ex-deputada federal constituinte pelo Estado do Rio de Janeiro, e Comendadora da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal. Foi Presidente da Comissão Especial sobre normas Gerais de Proteção à Infância e à Juventude e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (1989-1990).
- ❖ **Wanderlino Nogueira Neto** (*in memoriam*) chefiou o Ministério Público do Estado da Bahia de 1987 a 1989, foi o primeiro promotor de Justiça a ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça. Ficou conhecido internacionalmente pela incansável luta pelos direitos de crianças e adolescentes, desempenhando importante papel como consultor especial para a Unicef no Brasil, Cabo Verde, Angola e Paraguai; consultor da Unesco no Brasil; Comitê dos Direitos da Criança do Alto Comissariado para Direitos Humanos da ONU; pesquisador do Instituto Nacional de Direitos Humanos da Infância e da Adolescência (INDHIA); coordenador de Projetos de Formação da Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP); e presidente do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan. Recebeu o Prêmio Direitos Humanos, na categoria Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.